UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA SOBRE ESTILOS PARENTAIS DE FAMILIAS ABUSIVAS E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

ILANNA PINHEIRO DA COSTA MEDEIROS

Seropédica
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA SOBRE ESTILOS PARENTAIS DE FAMILIAS ABUSIVAS E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Ilanna Pinheiro da Costa Medeiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como parte dos requisitos necessários à graduação em Psicologia.

Orientador: Prof.ª Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Seropédica
2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, criador e sustentador da minha vida e fé- fé esta que mudou e está mais viva em mim após a faculdade- estou onde estou, pois fui sustentada por Ele.

Não há como falar de Deus sem lembrar da minha família que tanto orou por mim ; meus pais, Willis e Irineia que são a razão de tudo isso , que me trouxeram até aqui e me constituíram como uma pessoa que olha para o outro com amor . Minhas avós Judith e Nair, aquelas que sempre olharam por mim, cada uma da sua forma e me abençoavam em cada despedida com “Deus te abençoe minha filha, volta logo”. Meu irmão e cunhada – Phillipe e Fernanda- que sempre estiveram comigo e me deram de presente o Nicollas ,sobrinho mais maravilhoso do mundo inteiro! Aos meus tios que me carregaram no colo quando pequena e agora carregam no coração: Milza, Enir, Veronica, Jhonny e Welligton. Obrigada por serem família, por estarem comigo nesses cinco longos anos e por serem felizes com a minha felicidade. Eu amo vocês !

Por falar em amor, agradeço ao meu Bruno, meu parceiro de toda esta caminhada que me ajudou de todas as formas possíveis e me levantou quando precisei. Obrigada por estar e ficar. Conto com você para uma vida inteira

Aos amigos, família que escolhi, obrigada por continuarem mesmo com a distancia e ausência que infelizmente houve; Mayara e Carol, vocês são parte de mim e sou muito feliz por tê-las comigo e ser parte de vocês também ; obrigada por me presentearem com Gael, Noah e Heitor. Sou muito sortuda! Ao meu grupo de 7 que nunca deixou falhar, que me fez continuar, criar historias e lembranças lindas, Aline, Clara, Andressa, Gabriela, Suelen e Priscilla; levo vocês para sempre, cada uma com seu jeito mas sendo sempre um ombro amigo.

Sou imensamente grata a minha orientadora, supervisora e principalmente ser humano no qual me inspiro, Ana Claudia. Obrigada por cada supervisão, olhar, abraços de apoio e frases como:“você não está perdida”. Você é benção em minha vida.

Agradeço sempre a Associação vida plena por terem um trabalho que muda vidas, não somente de quem está em atendimento, mas de quem trabalha. Vocês são retrato de Deus na terra, são fonte de inspiração para um mundo tão incrédulo. Mauro, obrigada por ser apenas você, quando penso em Jesus, lembro-me de você.

Sou grata a vida e as pessoas que passaram por mim , que me fizeram ser quem sou, estar onde estou e por almejar voos mais altos. São passos grandes para uma pessoa pequena como eu, mas se tornam pequenos diante de tantos afetos que me fazem maior.

DEDICATÓRIA

A todas as crianças vitimas de violência e em especial aos meus primeiros pacientes que me proporcionaram as mais profundadas felicidades e tristezas de ser terapeuta. Por eles /elas é para que este estudo têm razão de existir.

RESUMO

MEDEIROS, Ilanna Pinheiro da Costa. Revisão integrativa da literatura sobre estilos parentais de famílias abusivas e violência intrafamiliar, 2018, Resumo do Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Apesar dos avanços significativos na concepção do cuidado e na criação de leis assegurando os direitos de crianças e adolescentes, a violência contra esses sujeitos não deixou de ocorrer. Lamentavelmente, a maior parte dos relatos de violência infanto-juvenil ocorre no ambiente em que ela deveria sentir-se mais segura e acolhida: a casa. A família, que deveria ser compreendida como um dos primeiros locais protetores, pode demostrar, em seu interior, relações não seguras, causadas por fatores complexos. Independente da estruturação familiar, esta possui um estilo parental, que é expresso através de um clima emocional e de práticas parentais. Os estilos parentais influenciam o desenvolvimento dos filhos em uma totalidade, afetando a formação inicial de seus conceitos e esquemas sobre os demais sistemas que ainda serão inseridos. Por isso, estudos das correlações familiares sendo elas positivas ou negativas, tornam-se ainda mais relevantes no entendimento da formação do indivíduo e de que forma estes fatores que o influenciaram serão perpetuados. Esta pesquisa teve por objetivo fazer uma pesquisa de Revisão Integrativa da Literatura sobre a relação entre estilos parentais de famílias abusivas ou disfuncionais e a violência infantojuvenil. O método de pesquisa utilizado foi a revisão bibliográfica manual nas bases de dados virtuais. O levantamento de estudos e os procedimentos para identificação das publicações sobre a relação de estilos parentais de famílias abusivas e violência foi iniciado no primeiro semestre de 2018. Foram encontrados 459 estudos e depois de analisadas e classificadas foram selecionados 05 artigos para serem avaliados. A partir da análise dos estudos, constatou-se que os estilos e práticas parentais possuem intergeracionalidade e quando este fator é relacionado a violência as consequências podem ser mais intensas. O que geram novos ciclos de violência em futuras famílias. Ademais, nota-se que as famílias não possuem informações suficientes sobre o que é e quais são as consequências de estilos e práticas parentais disfuncionais. Do mesmo modo, também aponta-se a necessidade de que intervenções preventivas primárias e secundárias sejam realizadas para elucidação dos estilos e praticas parentais. Presume-se que as informações expostas neste trabalho possam colaborar com o campo da prática clínica e programas voltados para esse público.

Palavras-chave: Estilos parentais. Violência intrafamiliar. Famílias abusivas.

ABSTRACT

MEDEIROS, Ilanna Pinheiro da Costa. **Integrative review of the literature on parenting styles of abusive families and intrafamily violence**, 2018, Summary of the Conclusion of the Psychology Course, Institute of Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro.

Despite the significant advances in the conception of care and in the creation of laws guaranteeing the rights of children and adolescents, violence against these subjects has continued to occur. Unfortunately, most reports of child and youth violence occur in the environment in which she should feel more secure and welcomed: the home. The family, which should be understood as one of the first protective sites, can demonstrate in its interior unsafe relationships caused by complex factors. Regardless of family structure, it has a parental style, which is expressed through an emotional climate and parental practices. Parental styles influence the development of the children in a totality, affecting the initial formation of their concepts and schemes on the other systems that will still be inserted. Therefore, studies of the family correlations being positive or negative become even more relevant in the understanding of the individual's formation and in what way these influencing factors will be perpetuated. This research had the objective of doing a research of Integrative Review of Literature on the relation between parental styles of abusive or dysfunctional families and the infanto-juvenil violence. The research method used was the manual bibliographic review in the virtual databases: Scielo, CAPES and LILACS / VHL. The survey of studies and procedures to identify publications on the relationship of parental styles of abusive families and violence was started in the first half of 2018. 459 studies were found and after having been analyzed and classified, 05 articles were selected for evaluation. From the analysis of the studies, it was verified that the parental styles and practices have intergenerationality and when this factor is related to violence the consequences may be more intense. This creates new cycles of violence in future families. In addition, it is noted that families do not have enough information about what is and what are the consequences of dysfunctional parenting styles and practices. Likewise, it is also pointed out the need for primary and secondary preventive interventions to be performed to elucidate parental styles and practices. It is assumed that the information presented in this paper can collaborate with the field of clinical practice and programs aimed at this public.

***Keywords**: Parenting styles, Intrafamily violence. Abusive families.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEVICA	Laboratório de Estudos sobre Violência contra a Criança e o Adolescente
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10

2. OBJETIVO 12

2.1 Objetivo Geral 12

2.2 Objetivos Específicos 12

3. JUSTIFICATIVA 13

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 14

4.1 Violência Infantojuvenil 14

4.2 O fenômeno da Violência e suas consequências 16

4.3 Violência Intrafamiliar 20

4.4 Estilos Parentais 24

5. MÉTODO 27

5.1 Instrumentos 28

5.2 Critérios de inclusão 28

5.2.1 Critérios de exclusão 28

5.3 Procedimentos 28

6. RESULTADOS 29

7. DISCUSSÃO 33

7.1 Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos e violência. 33

7.2 O tipo de vinculo entre pais e filhos está associado ao desenvolvimento de comportamento antissocial? 35

7.3 Família, adolescência e estilos parentais. 37

7.4 Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos parentais. 40

7.5 Um estudo de caso com o programa ACT para educar crianças em ambientes seguros 42

8. CONCLUSÃO 44

9. REFERENCIAS 46

1. INTRODUÇÃO

A família pode ter diversos significados, sejam eles sociológicos antropológicos ou psicológicos. De acordo com Laing (1983 apud DE ANTONI - KOLLER, 2000) a família pode ser vista como totalidade, sistema ou grupo formado por pessoas que se relacionam entre si, por parentesco e/ou por se considerarem pertencentes àquele contexto. Estas relações, idealmente, se caracterizam por união e por influência recíproca direta, intensa e duradoura.

Entretanto, nem sempre são encontradas estas condições nos modelos familiares. Dados do Fundo das Nações Unidas - UNICEF comprovam que 80% das agressões físicas contra crianças e adolescentes são causadas por parentes próximos; o Instituto de Pesquisa Aplicada e econômica (2014) notifica que 24,1% dos agressores quando se trata de abuso sexual são os próprios pais ou padrastos.

A violência infantojuvenil se traduz em um forte estressor em relação ao processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. As condições características do desenvolvimento desse grupo os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, da sociedade e do Poder Público (NUNES e SALES, 2016). Lamentavelmente, a maior parte dos relatos de violência infantojuvenil ocorre no ambiente em que ela deveria sentir-se mais segura e acolhida: a casa. A família, que deveria ser compreendida como um dos primeiros locais protetores, pode demostrar em seu interior, relações não seguras, causadas por fatores complexos. O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, através do Art. 3º por sua vez afirma que:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, Lei 8.069/90).

Desta forma, é dever da sociedade e mais especificamente da família proporcionar formas de desenvolvimento emocional, cognitivo e físico. Quando não ocorre este auxilio e ainda há violência, múltiplas consequências podem se apresentar em diferenciados meios deste individuo violentado, proporcionando danos ao mesmo e a sociedade em que está inserido.

A elaboração desse projeto de pesquisa ocorreu a partir do interesse em entender a relação existente entre estilos parentais de famílias abusivas e a violência contra crianças e adolescentes. A observação e o interesse pelo tema foram impulsionados através das atividades efetuadas na disciplina de estágio obrigatório onde estive inserida no Laboratório de estudos sobre violência contra a criança e o adolescente – LEVICA. Durante o período de estágio, realizado em convênio com Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ e a Organização Não Governamental - ONG Associação Vida Plena em Mesquita-Rio de Janeiro / RJ, local em que realizei atendimentos psicológicos individuais, com crianças e adolescentes que foram vítimas de algum tipo de violência. Estes atendimentos são proporcionados tanto para o público infanto-juvenil da comunidade ao redor da ONG, quanto para aquelas em situação de acolhimento oriundas da parceria entre a Associação Vida Plena e a rede do município em que está inserida.

Diante da demanda que surgiu notei que muitos dos casos atendidos eram de crianças e adolescentes violentados no seio familiar o que ocasionava até mesmo a perda da guarda da criança pelos pais acarretando o acolhimento institucional. O objetivo deste projeto é revisar de forma integrativa publicações no Brasil sobre estilos parentais de famílias abusivas e a violência infanto-juvenil.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Fazer uma pesquisa de Revisão Integrativa da Literatura sobre a relação entre estilos parentais de famílias abusivas ou disfuncionais e a violência infantojuvenil.

2.2 Objetivos Específicos

- Estudar sobre famílias disfuncionais e a manifestação da violência nestes ambientes;
- Entender os aspectos da violência e suas consequências no âmbito cognitivo e social em crianças e adolescentes;
- Compreender o efeito dos estilos parentais no desenvolvimento da personalidade e nas relações intrafamiliares.

3. JUSTIFICATIVA

A elaboração deste estudo se faz necessário a partir da constatação que o fenômeno da violência intrafamiliar é algo presente no cenário mundial e que infelizmente se encontra em uma constante crescente. Segundo o Fundo das Nações Unidas - UNICEF (2017), três quartos das crianças de 2 a 4 anos do mundo – cerca de 300 milhões – sofrem agressão psicológica e/ou punição física tendo como autores os seus cuidadores. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2014) constatou que os abusos sexuais contra crianças e adolescentes têm 24,1% dos agressores são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Estes dados se tornam mais alarmantes à medida que diversos casos não são notificados ou denunciados.

Desta forma, a violência traz consigo danos que se estendem ao decorrer da vida adulta, de forma que esse indivíduo pode apresentar posteriormente sequelas ou prejuízos nas esferas física, cognitiva, comportamental e emocional. De acordo com Araújo, (1996 apud Araújo, 2001) crianças que vivem em situação de violência familiar aprendem a usá-la como forma de vida e têm grande possibilidade de reproduzi-la nos seus relacionamentos, tanto na condição de criança quanto na de jovem ou adulto. Em consequência disto, ciclos comportamentais são gerados afetando diretamente as relações afetivas de famílias que ainda serão formadas, corroborando para a produção e reprodução de formas violentas de educação e parentalidade no cotidiano.

O Brasil tem a legislação mais evoluída quando se trata de proteção infantojuvenil. Entretanto, é necessária a efetivação das políticas e leis já existentes no cenário brasileiro para que o amparo já previsto pelo o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA seja executado da melhor forma. Tendo em vista a relevância do tema, se faz necessário o estudo para que a compreensão entre os estilos parentais de famílias abusivas e a violência intrafamiliar seja uma área de estudo mais explorada. A fim de que ações de intervenção possam ser construídas a partir dos estudos e que a promoção da saúde seja oportunizada para o público infantojuvenil da melhor forma.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Violência Infantojuvenil

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) violência consiste em ações praticadas por indivíduos, grupos, classes ou nações, que tenham como consequência danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outro. Indo ao encontro desta ideia, Magalhães Carvalho et al. afirma que:

> A violência é um fenômeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebida e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco (MAGALHÃES CARVALHO ET AL., 2008, p.19).

Nesta perspectiva, compreende-se que a propagação da violência tem sua gênese na desigualdade social e de poder. A violência não representa necessariamente ferimentos visíveis, inabilidade do sujeito por alguma consequência do ato vivenciado ou até mesmo morte; o ato de violentar pode apresentar-se de maneira passageira ou ser mantido por um longo período de tempo. Porém, sempre haverá consequências. De acordo com Dahlberg e Krug (2007), "a violência é o resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais" (p.1172) podendo ser visto como uma dificuldade multicausal.

Segundo as pesquisadoras Egry, Apostólico e Morais (2016), crianças e adolescentes apresentam maior vulnerabilidade à violência, visto tratar-se de seres que exigem do universo adulto a proteção e segurança necessárias para melhor desenvolverem-se. Por permanecer determinado tempo de sua trajetória na dependência de outros a criança ou adolescente muitas vezes são forçados a manter o silêncio sobre suas vivencias; ou ate mesmo não encontram na família a confiança necessária para se expor.

As condições características do desenvolvimento desse grupo os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, da sociedade e do Poder Público (NUNES e SALES, 2016). No nível internacional é importante destacar que em 1966,

pela aprovação do Pacto de Direitos Civis e Políticos, as Nações Unidas, reconheceram que:

> "Toda criança terá direito, sem discriminação alguma por motivo de raça, sexo, cor, idioma, religião, origem nacional ou social, posição econômica ou de nascimento, às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado" (Pacto de Direitos Civis e Políticos. Nações Unidas. Art.24).

Além disso, a nível nacional a Constituição Brasileira de 1988 prevê:

> "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, Constituição Federal, 1988. Art.277, p.140).

Desta forma, o Estado como um dos principais cuidadores destes indivíduos formulou o Estatuto da Criança e Adolescentes- ECA, que por sua vez define através do Art.3° o respaldo da criança e adolescente como sujeitos de direito.

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, Lei n°8.069/90).

Ademais, o ECA (1990) prevê amparo específico quando se trata de violência através do Art. 5° "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". E propõe a proteção a partir do pensamento de politicas públicas no Art.7° "A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência".

Todavia, além dos órgãos públicos, todo cidadão brasileiro é responsável pelo individuo enquanto for menor de idade, é o que está assegurado no Art.18º - "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor" ECA (1990).

A violência cometida contra crianças e adolescente atualmente é considerada como um relevante problema social e de saúde pública, devido aos altos índices de incidência e às sérias consequências para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social da vítima e de sua família (HABIGZANG e CAMINHA, 2004). A violência infantil têm sido discutia na literatura como uma questão de ordem social, afetando a saúde de crianças e adolescentes envolvidas, gerando danos que se propagam na vida adulta (PIRES e MIYAZAKI, 2005; NUNES e SALES, 2016).

4.2 O fenômeno da Violência e suas consequências

O fenômeno da violência não é algo cristalizado, com isso, podem ocorrer mais de uma modalidade de forma concomitante; assim, a violência pode ocorrer de forma extrafamiliar ou intrafamiliar. Filho et al.(2009,p.258) definiram "violência extrafamiliar como ação praticada por alguém que não possui vínculo familiar com a vítima e se expressa nos tipos institucional, social, urbana ou macro violência".

A violência intrafamiliar pode ser conceituada como:

> (...) toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (DAY ET AL., 2003, p.9).

Este fato é possível de ser constato através de agressões e maus tratos físicos e psicológicos, que advém de uma cultura que inferiu que castigos e humilhações seriam de cunho educativo. Para Arendt e Vázquez apud Barros (2015) a ação violenta nas relações sociais e interpessoais é um meio utilizado pelo sujeito com a finalidade de se sobrepor ao outro, de transformá-lo em objeto. O fenômeno da violência pode ser identificado pela natureza de sua ação, seja negligência, abusos físicos, psicológicos e sexuais, tendo como principal contexto de ocorrência o ambiente familiar (CARVALHO, 2010).

Desta forma, para melhor elucidação, cada forma de violência contra a criança e o adolescente será detalhada.

A violência física envolve atos de agressão que foram praticados de forma intencional, com isso:

> Corresponde ao uso de força física no relacionamento com a criança ou o adolescente por parte de seus pais ou por quem exerce autoridade no âmbito familiar. Esta relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança (BRASIL, 1993, p. 11).

Ademais, o Ministério da Saúde (2002) prevê como violência física: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos, tirar de casa à força, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos como formas/ atos de violência. O grau deste tipo de violência pode variar desde beliscões ou "tapinhas" até agressões mais severas que podem levar à morte. De acordo com a UNICEF (2014) em 58 países, cerca de 17 (por cento) das crianças estão sujeitas a formas rígidas de punição física (bater na cabeça, nas orelhas ou no rosto ou bater com força e repetidamente) e em todo o mundo, três em cada dez adultos acreditam que a punição física é necessária para criar uma criança corretamente. Em suma, a violência física é a que deixa mais marcas visíveis, assim sendo, a de mais rápida identificação.

A violência psicológica "evidencia-se como a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo" (Brasil, 1993, p. 13). Não necessariamente envolve ataque corporal, pois é expressa por olhares, gestos, palavras; em sua maioria, este tipo de violência é praticado em conjunto com outra. Assim, Delanez (2012), defende que "não devemos classificar violência psicológica como uma espécie em separado embora ela ocorra também de forma exclusiva" (p.14)

A violência psicológica exemplificada como:

> Abandono (não só por doação, mas também pela ausência de demonstração de proteção), o estímulo à competitividade (pressão para desenvolvimento pessoal melhor, excesso de atividades), rejeição (depreciação, não aceitação de valores e negação de suas necessidades), isolamento (afastamento de experiências sociais habituais à sua idade), aterrorizarão (instauram um clima de medo-agressão verbal) e não estímulo ao crescimento emocional e intelectual descuidando do desempenho escolar e de desejo de novas atividades (MINAYO, 1994, p.79).

O Ministério da Saúde (2012) compreende como violência psicológica: insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros), ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.). Segundo Moreira e Souza (2012), "embora seja muitas vezes tratada como invisível, deixa marcas visíveis, produzindo uma série de sintomas, tais como: distúrbios do sono, enurese, medo, dificuldades de aprendizagem, choro constante e insegurança" (p.21). Rates (2014) afirma que a identificação dessa violência é de certo modo complexa, se levado em conta sua forma sutil e silenciosa de acontecer.

Segundo Lopes (2000) a negligência envolve a omissão de cuidados básicos e de proteção à criança frente a agravos evitáveis e tem como consequência, portanto, o não atendimento de necessidades físicas e emocionais prioritárias. Assim, qualquer ato que envolva ações de privação à alimentação, moradia, vestuário, medicamentos ou educação são vistos como forma de negligencia. O abandono à criança ou adolescente é apontado como a forma mais grave de negligência "que por sua vez evidencia a ausência de um vínculo adequado dos responsáveis com seu filho" Marmo (1957 apud Pires e Miyazaki, 2005). A negligência é resultado de uma dinâmica atravessada por vários fatores econômicos, sociais e comunitários, bem como pessoais. É importante salientar que a negligência infantil ocorre independente da condição de pobreza, ela é resultado de déficits de habilidades/comportamentos parentais. Ademais, a negligência é apontada como forma mais recorrente entre os maus-tratos contra crianças e adolescentes (PAISAN ET AL , 2013).

A violência sexual é qualquer prática sexual com emprego de violência física e ameaças, sendo classificada como crime e ato violento. A violência sexual direcionada a criança ou adolescente é definida pela Organização Mundial de Saúde como:

> Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está

> em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (ORGANIZAÇAO MUNDIAL DA SAUDE, 1999, p. 7).

Neste sentido a violência sexual pode ocorrer tanto no ambiente familiar ou no extrafamiliar. “O abuso sexual extrafamiliar ocorre fora do âmbito familiar, podendo ser cometida por conhecidos, como vizinhos e colegas, ou por desconhecidos” (Viodres Inoue e Ristum, 2008, p.13). O abuso sexual intrafamiliar segundo Seabra (1997 apud Pires e Miyazaki, 2005), é o mais frequente e envolve a atividade sexual entre uma criança ou adolescente e um membro imediato da família (pai, padrasto, irmão) ou próximo (tio, avô, tia), ou com parentes que a criança considere membros da família.

São considerados pelo Ministério da Saúde (2002) formas de violência sexual: carícias não desejadas; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos de forma forçada; exposição obrigatória a material pornográfico; exibicionismo e masturbação forçados; uso de linguagem erotizada, em situação inadequada; impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro (a) em utilizar preservativo; ser forçado (a) a ter ou presenciar relações sexuais com outras pessoas, além do casal. Na literatura sobre abuso sexual infantil, há um consenso de que a severidade dos possíveis sintomas consequentes é maior nos casos em que a violência foi cometida por membros da família ou por alguém com laços afetivos significativos (HABIGZANG e CAMINHA, 2004).

Posteriormente a estes conceitos, é possível compreender a multiplicidade do termo violência, de forma que fica claro que se trata de uma questão social e histórica que com o passar do tempo e as mudanças sociais vem, mostrando seus infortúnios que atingem o âmbito pessoal e coletivo.

4.3 Violência Intrafamiliar

A família pode ser vislumbrada por diversos arcabouços teóricos. Para a psicologia ela é definida como um conjunto de relações. Segundo o modelo de Bronfenbrenner (1979/1996), a família é uma unidade funcional, isto é, um microssistema no qual as relações devem ser estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis. Neste microssistema (família) são desenvolvidas as primeiras relações do sujeito com o meio que o cerca, sendo assim de fundamental importância para a construção do sujeito.

No Brasil, a partir da Constituição em seu artigo 226 "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado", levando-nos à reflexão de que a esta é responsável em prover as necessidades básicas do ser humano, sendo a peça fundamental na formação de seus valores morais e éticos. A partir do parágrafo quatro, "entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes" (BRASIL, 1988).

Os autores Souza, Beleza e Andrade destacam algumas mudanças no conceito de família "já não é mais unidade reprodutiva; cresce a autonomia e a individualização feminina, fragilizando o poder patriarcal; sexo, conjugalidade e procriação não estão necessariamente unidos" (2012, p.110). Desta forma, há modalidades familiares, que se atravessam, não sendo vistas como algo estático, mas em constante transformação. Na atualidade, o que vai apontar o que é a família já não é mais o casamento em si ou do envolvimento de caráter sexual, e sim o afeto que permeia o relacionamento. A esse respeito, Dias (2007), argumenta que o elemento distintivo da família é a identificação de um vínculo afetivo, a unir as pessoas, gerando comprometimento mútuo, solidariedade, identidade de projetos de vida e propósitos comuns. Em consequência disto, há novas organizações familiares que segundo Kaslow (2001) podem ser classificadas a partir de nove tipos de família:

> Família Nuclear: incluindo duas gerações, com filhos biológicos; famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; famílias adotivas temporárias (Foster); famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais; casais; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; casais homossexuais com ou sem crianças; famílias reconstituídas depois do divórcio; várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mutuo. (KASLOW 2001, p.37)

Estendendo este conceito, o estudo de Souza e Rizzini (2001) realizado com 1.272 famílias e seguindo a mesma metodologia do IBGE propõem treze desenhos familiares: *Nuclear Simples*, formada por um casal e seus filhos; *Mononuclear*, constituída por um casal sem filhos; *Monoparental Simples*, a qual pode ser feminina ou masculina e é organizada em torno de uma figura que não tem companheiro residindo na mesma casa, podendo ou não residir com os filhos*; Nuclear Extensa*, família nuclear com agregado adulto cohabitando; *Nuclear com Avós Cuidando de Netos*, casal de avós que cuida de netos com menos de 18 anos; *Nuclear Reconstituída,* casal cujo um ou ambos os cônjuges já tiveram outra união anterior, podendo ter filhos ou não; *Nuclear com Crianças Agregadas,* família nuclear cuidando de crianças que não são filhos; *Monoparental com Crianças Agregadas*, família monoparental que cuida de crianças que não são filhos; *Monoparental Extensa*, família monoparental com agregado adulto residindo na mesma casa; *Atípica,* indivíduos adultos e/ou adolescentes coabitando sem vínculos sanguíneos, incluindo também pessoas que moram sozinhas e casais homossexuais.

O Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - IBGE (2010), no seu último censo demográfico, listou 19 tipos de parentesco encontrados no Brasil. O instituto ressalta que existe uma grande mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e também nas relações sociais que ocasionaram a formação de não somente uma, mas de "novas famílias".

Independentemente da formação familiar, ou de como se conceitue ou caracterize a família, o fenômeno da violência pode estar presente em qualquer uma destas formações. Desta forma, violência intrafamiliar pode ser conceituada como:

> Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001).

Nesta definição podem ser ressaltados dois apontamentos: o primeiro relata que este tipo de violência é no âmbito interpessoal, sendo exercida por indivíduos que podem estar na função parental. O segundo apontamento diz que nem sempre a violência pode estar sendo praticada no espaço familiar, podendo ser estendida a

espaços públicos. A violência intrafamiliar, infelizmente, tem uma historicidade na sociedade brasileira presente em todas as camadas da população, anteriormente sendo legitimada tendo em vista que os responsáveis tinham o "poder" sobre a criança ou adolescente.

Atualmente, estes conceitos foram e estão sendo revistos, tendo em vista que a partir do ECA e de outras políticas públicas específicas para o publico infantojuvenil a prática de qualquer modalidade de violência é algo passível de punição jurídica (Brasil, 1990). Entretanto, a criação destas medidas protetivas não assegura que as práticas de violências sejam extintas no contexto familiar.

Não se pode atribuir uma causa única à violência intrafamiliar, tendo em vista que é um fenômeno de alta complexidade. Cabe ressaltar que as consequências deste tipo de violência podem ser perpetuadas, gerando um ciclo e criando atravessamentos geracionais. Saffioti (1997)afirma que "a violência apresenta uma acentuada tendência à cronificação, mormente quando se trata de intrafamiliar" (p.155),.

Neste mesmo sentido, Moreira e Sousa (2012) afirmam que:

> A violência nas relações intrafamiliares revela, muitas vezes, a perpetuação do ciclo da violência, ou seja, os adultos reproduzem a violência vivida em sua própria infância, enquanto as crianças são socializadas para no futuro utilizarem a violência como estratégia de enfrentamento de seus conflitos e dificuldades (MOREIRA E SOUSA, 2012,p.13)

De modo geral, pode-se dizer que toda criança que passa por alguma forma de violência nas primeiras fases de desenvolvimento da vida pode ter o seu progresso cerebral afetado, essas mudanças programam o cérebro para funcionar em longo prazo, além disso, o desenvolvimento social e emocional também podem ser comprometidos.

Segundo Delanez (2012), "após um longo período vivenciando ou presenciando a violência a criança terá seu sistema imunológico e nervoso afetado o que resulta em inaptidões sociais cognitivas" (p.17).

Toda forma de violência vivenciada pela criança tem consequências físicas e psicológicas, designam-se algumas consequências diretamente relacionadas a cada espécie: Problemas de Saúde, obesidade, comportamento infantil, chupar dedo, urinar na roupa ou na cama, depressão, problemas com o sono, problemas de aprendizagem,

entre outros fatores são consequência de abusos psicológicos. Fadiga, pouca atenção, problemas de desenvolvimento, hiper ou hipoativo, atitudes de adulto, atrasos na escola, dentre outras são sinais de negligência. Dificuldades para urinar e caminhar, dor ou coceira nas genitálias, doenças sexualmente transmitidas - DSTs, edemas, masturbação constante, alternância de humor, papel de mão, fadiga, tendências suicidas, hábito de desenhar órgãos genitais dentre outros são consequências de violência sexual (BRAUM, 2002 apud DELANEZ, 2012)

Diversas são as consequências da violência sofrida pela criança e adolescente, destaca-se que a violência intrafamiliar desestrutura o individuo precocemente, tendo em vista que a família é o primeiro sistema em que somos inseridos.

Delanez (2012) relata que:

> Não podemos esquecer que o maior agravante da violência doméstica é o fato de o agressor ser alguém tão próximo emocionalmente da criança. O lugar onde elas deveriam estar seguras é exatamente o lugar onde não estão, e o abuso sexual é o maior responsável por isso tendo em vista a vergonha e o estigma associado a ele (DELANEZ 2012, p.16).

A família é – ou deveria ser - a entidade responsável pelo desenvolvimento e educação das crianças e adolescentes direcionando o comportamento dos mesmos na sociedade em que estão inseridos. É no núcleo familiar que o individuo recebe os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização, bem como as tradições e os costumes que serão perpetuados através de gerações. Entretanto, nota-se que o mau funcionamento da mesma vem influenciando diretamente na sociedade como um todo. “A situação social atual necessita da intervenção do Estado na via privada, pois a família como instituição tornou-se ineficaz para atingir seu fim social e atender as próprias necessidades” (Delanez, 2012, p.25).

4.4 Estilos Parentais

A correlação entre a forma de educar e o impacto que estas relações terão sobre os filhos tem sido alvo de estudos; indo ao encontro desta ideia, pesquisas em psicologia buscam entender a correlação entre práticas parentais e estilos parentais (BAURIMRIND, 1966; DARLING e STEINBER, 1993; MACCOBY e MARTIN, 1983).

Sendo assim, para Darling e Steinberg (1993), as práticas parentais correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e por objetivos de socialização. Logo, a utilização de castigos ou recompensas podem ser exemplos de práticas parentais.

De maneira mais ampla, o estilo parental pode ser definido como "um padrão de comportamento dos pais, expresso num clima emocional criado pelo conjunto de suas atitudes, como as práticas disciplinares e outros aspectos de sua interação com os filhos" (Darling e Steinberg, 1993 apud Silva, 2014, p.222**)**. Assim sendo, os estilos parentais compreendem as práticas parentais, além de outras questões relacionadas a relação entre pais e filhos, tais como linguagem corporal, atenção e tom de voz. **(**Darling e Steinberg 1993).

Os primeiros estudos sobre os estilos parentais partiram de Baumrind (1971), onde a autora destacava três modalidades de controle parental: "com autoridade" (authoritative), autoritário e permissivo. Pais "com autoridade" estão dispostos a ouvir seus filhos; seus padrões e expectativas são claras para com os seus filhos, o estabelecimento de regras e condutas são enfatizadas constantemente, não abstendo do afeto. Além disso, a autora propôs o controle parental autoritativo como o mais efetivo.

Indo ao encontro das ideias de Baumrind, Cecconello et al. afirmam que:

> A disciplina é imposta de forma indutiva e a comunicação entre pais e filhos é clara e aberta, baseada no respeito mútuo. São pais que têm altas expectativas em relação ao comportamento dos filhos em termos de responsabilidade e maturidade (CECCONELLO ET AL, 2012.p.48).

O estilo autoritário segundo Baumrind (1966) é conceituado a partir de pais autoritários, que controlam e ajuízam o comportamento da criança a partir de regras definidas comumente de maneira absoluta; a relação se dá através de diálogos

impositivos, proporcionando a subjugação por parte da criança. Formas punitivas podem ser usualmente aplicadas quando ocorre algum conflito com a regra estabelecida previamente.

> O estilo autoritário resulta da combinação entre altos níveis de controle e baixa responsividade. Pais autoritários são rígidos e autocráticos. Eles impõem altos níveis de exigência, estabelecendo regras estritas, independentemente de qualquer participação da criança. Tendem a enfatizar a obediência através do respeito à autoridade e à ordem (CECCONELLO ET AL., 2012.p.48).

O ultimo estilo parental estabelecido por Baumrind (1966), foi o de pais permissivos, onde os responsáveis se comportam de maneira não punitiva, além de atender os desejos da criança, sendo assim, não se tornam agentes responsáveis ou modelos que possam direcionar o comportamento.

Posteriormente a esta definição, os autores Maccoby e Martin (1983), agregaram ao conceito de Baumrind; onde propuseram a separação do estilo parental permissivo em dois: o indulgente e o negligente. Pais indulgentes buscam por sua vez se comportar através de condutas não punitivas, geralmente atendendo as pretensões da criança. Não há incumbência para com o direcionamento da criança, o nível de responsividade é baixo, regras e limites não são bem estabelecidos, promovendo assim espaço para que a criança realize seu auto monitoramento (Maccoby e Martin, 1983). Pais negligentes , segundo os autores, têm os níveis de responsividade e controle baixos, expressando pouco envolvimento com o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança. Não há um monitoramento diário do crescimento da criança, há um afastamento por parte dos pais, respondendo apenas as necessidades básicas; neste estilo os pais estão geralmente focados em seu experiência.

Desta forma, no estilo autoritário os pais possuem muita exigência e pouco afeto; os pais "com autoridade" têm os níveis de exigência e afetividade de formas equiparadas; pais no estilo indulgentes são muito afetuosos, mas possuem pouco controle; pais negligentes têm baixo controle e afeto sobre seus filhos além de serem permissivos e indiferentes perante a educação (Paiva e Ronzani, 2009).

Portanto, a forma que os pais educam e se relacionam com seus filhos fornecerão base para estes se relacionarem com o meio em que estão inseridos e posteriormente em como possivelmente irão educar os seus próprios filhos. Alguns

estudos trazem a correlação entre o estilo parental e a formação da personalidade da criança, demostrando relações positivas e negativas perante o estilo parental no qual foram educadas. Weber et al. (2005) evidenciaram através de uma amostra de 3000 crianças e adolescentes que quando analisados sobre a auto eficácia (juízo pessoal sobre capacidade de organização e solução de problemas) e os estilos parentais em que foram educados demostram que 75% da amostra eram educados por pais no estilo participativo. Enquanto 4% dos pesquisados percebiam seus educadores como autoritários ou negligentes. No mesmo estudo, os autores trazem dados de que crianças com baixo nível de habilidades sociais apresentaram pais com piores índices de interações positivas e índices altos de interações negativas.

Outros autores trazem os estilos parentais e suas possíveis consequências na vida adulta, apresentando correlações entre os estilos e saúde mental. Weber et al. (2005) apresentam dados de que adolescentes com pais negligentes possuem sintomas de depressão, sendo 56,1% em uma amostra de 3.000 crianças e adolescentes. Os estudos de Hutz e Bardagi (2006) corroboram ao avaliar as possíveis correlações entre os estilos parentais percebidos pelos adolescentes e seus níveis de indecisão profissional, ansiedade e depressão, observaram que filhos de pais com os estilos parentais autoritários, negligentes e indulgentes apresentaram maior nível de depressão e ansiedade que os outros.

Estudos de Weber et al. (2006), demostram a correlação entre estilos parentais e sua perpetuação nas gerações familiares. Desta forma, a amostra de 21 mulheres revelou que a transmissão intergeracional de estilos parentais aparece com um índice de 91,7%, ao passo que apenas para 8,3% dos sujeitos analisados a transmissão dos estilos parentais não foi efetivada. No mesmo sentido, Conceição (2014) corrobora com os estudos através de uma revisão bibliográfica sobre perpetuação do abuso sexual e estilos parentais. Através da revisão integrativa a literatura feita pela autora, pode se constatar que a média da prevalência da transmissão intergeracional do abuso sexual nas gerações foi de: 42,47% na geração das avós (G1); 41,28% na geração das mães (G2) e 51,0% na geração das crianças (G3).

Assim sendo, pode-se dizer que os estilos parentais influenciam o desenvolvimento dos filhos em uma totalidade, afetando a formação inicial de seus conceitos e esquemas sobre os demais sistemas que ainda serão inseridos. Por isso,

estudos das correlações familiares sendo elas positivam ou negativas, tornam-se ainda mais relevantes no entendimento da formação do individuo e de que forma estes fatores que o influenciaram serão perpetuados.

5. MÉTODO

Para a elaboração desta pesquisa foi utilizado o método de Revisão Integrativa da Literatura, visando o embasamento teórico através de instrumentos como, dissertações, teses e artigos. Esse método tem a finalidade de reunir e consubstanciar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. Desde 1980 a revisão integrativa é relatada na literatura como método de pesquisa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008, p. 759).

Este método inclui a análise de pesquisas relevantes, viabilizando a síntese de um determinado assunto, sinalizando também lacunas que precisam ser ocupadas com a produção de novas pesquisas. A revisão integrativa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo. Desta forma, Mendes, Silveira e Galvão (2008) afirmam:

> Para a elaboração da revisão integrativa, no primeiro momento o revisor determina o objetivo específico, formula os questionamentos a serem respondidos ou hipóteses a serem testadas, então realiza a busca para identificar e coletar o máximo de pesquisas primárias relevantes dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores, sendo necessário seguir padrões de rigor metodológico, clareza na apresentação dos resultados, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008, p. 760).

Para se encontrar a literatura científica, a pesquisa poderá ser realizada tanto em bibliotecas quanto em páginas de web sites, ou através de sites de busca especializados chamados “Bases de Dados on-line” que são “bibliotecas virtuais nas quais podem ser encontrados: resumos e artigos na íntegra; teses, dissertações e monografias e livros ou suas referências” (BARIANI; 2007).

5.1 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a execução deste estudo foram livros, artigos científicos e revistas indexadas.

5.2 Critérios de inclusão

- artigos, dissertações e teses publicados em português;
- publicações dos últimos dez anos;

5.2.1 Critérios de exclusão

- cartas,
- artigos estrangeiros,
- artigos em que o resumo apresentasse temáticas fora do tema pesquisado.

5.3 Procedimentos

O levantamento de estudos e os processos para identificação das publicações sobre a relação de estilos parentais de famílias abusivas e violência intrafamiliar teve inicio no segundo semestre de 2017. A busca foi realizada em três bases de dados virtuais: Scielo, CAPES e LILACS/ BVS.

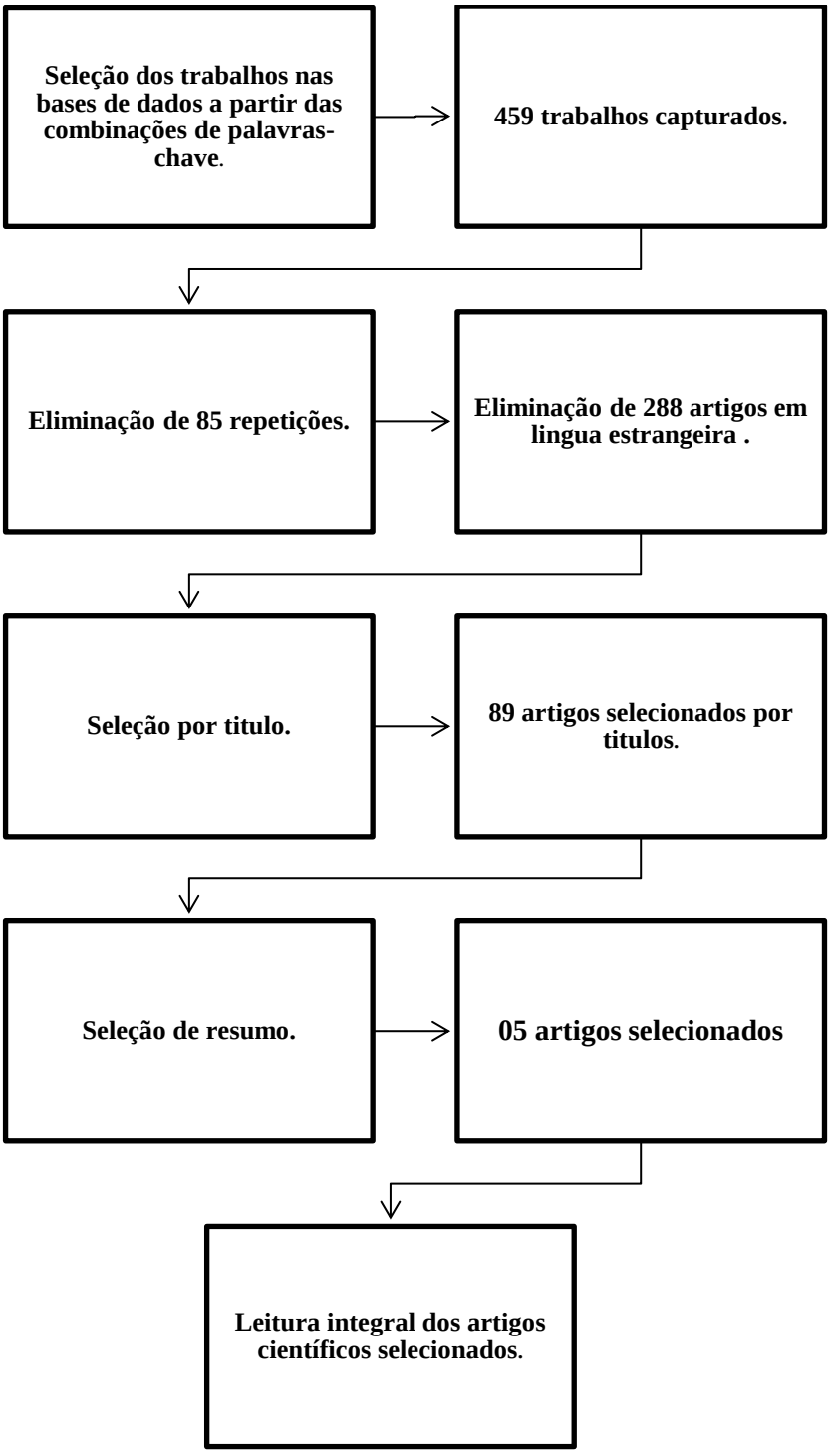
Primeiramente, foram utilizados os descritores seguindo-se esta sequência: (1) [Estilos parentais] and [famílias abusivas] and [violência intrafamiliar] em todos os portais de busca. Devido ao fato de não ter sido encontrado publicações com estes descritores houve a necessidade de combinar os descritores de diversas formas, para que se esgotasse a possibilidade de buscas.

Posteriormente, foram usados os seguintes descritores na mesma ordem em todos os portais: (2) [Estilos parentais] and [famílias abusivas]; (3) [estilos parentais] and [violência intrafamiliar]; (4) [violência intrafamiliar] and [estilos parentais] (5) [estilos parentais] and [violência]; (6) [estilos parentais] and [violência contra criança];(7)[estilos parentais] and [violência infantil]; (8) [famílias abusivas] and [estilos parentais]; (9) [famílias abusivas] and [violência]; (10) [estilos parentais] and família]; (11) [estilos parentais] and [abuso].

6. RESULTADOS

De acordo com os critérios adotados para a seleção das etapas descritas, segue a representação dos resultados numéricos na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma das etapas e resultado da revisão



Sendo assim, a soma de todas as bases de dados gerou 459 textos através das combinações dos descritores, sendo estes 171 textos em português, 288 em outras línguas e 85 desses textos encontrados se repetiram. A busca através dos descritores principais: [Estilos parentais, famílias abusivas, violência intrafamiliar] em todos os portais de busca gerou o resultado de dois artigos no portal da CAPES e nos demais bancos de dados não foi encontrado nenhum resultado. Desta forma, na primeira etapa, foram eliminados os artigos que estavam em duplicatas (85 artigos). Posteriormente foram eliminados os artigos em língua estrangeira (288 artigos) Na segunda etapa, as literaturas foram selecionadas por titulos, totalizando 89 artigos.

A terceira etapa, teve como objetivo selecionar os estudos atraves da leitura de seus resumos. Nesta etapa, os resumos das 89 referências foram avaliadas e foram excluídos 84 artigos. Dessa forma 05 artigos foram mantidos para serem lidos integralmente e avaliados em suas medidas de tratamento, sendo estes elaborados em uma tabela 1 para sistematização e análise do conteúdo.

Nº	*AUTOR*	*ARTIGO*	*REVISTA*	*PALAVRA-CHAVE*	*LOCAL DO ESTUDO*	*OBJETIVO*	*RECURSOS UTILIZADOS*	*Nº AMOSTRA*
1	Silvia Benetti; Adriana Pizetta; Cristian Schwartz; Raíssa Hass; Vera Lúcia Melo .	Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos. E violência	Psico-USF	Adolescência, Perturbação emocional, Relações familiares, Eventos estressantes.	Porto Alegre – RS	Identificar as situações individuais, familiares e contextuais associadas às manifestações de problemas de saúde mental em adolescentes estudantes da região metropolitana de Porto Alegre	Inventário de Eventos Estressores na Adolescência, Triagem da Exposição de Crianças à Violência na Comunidade, Inventário de Estilos Parentais e o Child Behavior Checklist- versão YRF	245 adolescentes
2	Claudia Maria Rinhel-Silva; Elizabeth Piemonte Constantino; Carina Alexandra Rondini	Família, adolescência e estilos parentais.	Estudos de Psicologia	Adolescentes. Contexto familiar. Estilos parentais	Assis/SP	Identificar os estilos parentais característicos de famílias provenientes de contextos de Alta vulnerabilidade e social.	Escala de exigência e responsividade (adolescentes) e análise de documentos constantes nos prontuários das famílias	62 adolescentes

3	Rafael Stella Wellausen e Denise Ruschel	O Tipo de Vínculo entre Pais e Filhos está Associado ao Desenvolvimento de Comportamento Antissocial?	Revista Interamericana de Psicologia	Transtorno antissocial de personalidade; Estilo parental; Prisioneiros.	Porto Alegre – RS	Investigar a associação entre o Transtorno Antissocial de Personalidade (TASP) e os Estilos Parentais (EP)	Mini International Neuropsychiatric Interview (MINI) e Parental Bonding Instrument (PBI)	50 prisioneiros sem condenação prévia
4	Isadora Klamt da Conceição	Transmissão Intergeracional doo abuso sexual infantil, apego e estilos parentais . (tese de mestrado)	Repositório PUC – RS	Abuso Sexual Infantil, Intergeracionalida e, Transmissão Intergeracional	Porto Alegre – RS	Verificara Transmissão intergeracionald o abuso sexual infantil	Estudos teóricos e empírico	3 grupos diferentes – não é citado a quantidade especifica
5	Jéssica de Assis Silva e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams	Um Estudo de Caso com o Programa Parental ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros	Temas em Psicologia	Violência contra a criança, prevenção universal, programa ACT	São Paulo	Relatar um estudo de caso descrevendo uma intervenção feita a uma mãe com o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros – programa de prevenção universal à violência contra a criança	Questionário de Avaliação do Programa ACT ;Inventário de Estilos Parentais – IEP; Inventário de Autoavaliação para Adultos; Inventário de Comport. de adultos; Inventário de Comport. de crianças e adolescentes	2 pessoas

7. DISCUSSÃO

Serão apresentados os artigos levantados em ordem cronológica, com o objetivo apresentar os estudos correlacionando-os possivelmente com outros artigos que possam enriquecer a discussão. Vale destacar, que diante da riqueza do tema, este estudo não exclui ou impossibilita outras formas de sistematização.

7.1 Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos e violência.

O artigo de Benetti et al. (2010) traz em seu objetivo a identificação das situações individuais, familiares e contextuais associadas à manifestação de problemas de saúde mental na adolescência. Desta forma, foram investigadas as características das práticas familiares de socialização e cuidado, situações traumáticas ao longo do desenvolvimento e exposição a eventos de violência em adolescentes estudantes da região metropolitana de Porto Alegre, RS. Para analise desta população, foram utilizados os instrumentos: Inventário de Eventos Estressores na Adolescência; Triagem da Exposição de Crianças à Violência na Comunidade; Inventário de Estilos Parentais e o Child Behavior Checklist- versão YRF. A amostra foi composta por 245 adolescentes, sendo 114 (46,5%) do sexo masculino e 131 (53,5%) do sexo feminino.

Os resultados deste estudo foram aferidos através de medidas estatísticas com o auxilio do método stepwise, posteriormente, o teste ANOVA aferiu os aspectos mais relevantes para o diagnostico clinico. Desta maneira, constatou-se que dos 245 adolescentes investigados neste estudo, 169 não apresentaram escore clínico (69%), 34 (13,9%) apresentaram diagnóstico clínico de internalização – sintomas de ansiedade, depressão, somáticos e obsessivos- e 42 (17,1%) de externalização – comportamentos agressivos, uso de substancias e delinquência-. Além disso, os resultados apontaram que as práticas parentais positivas (monitoria positiva e comportamento moral) tiveram escores muito baixos, o que indicou pouco envolvimento dos pais no cuidado e supervisão dos filhos e sua pouca preocupação na transmissão de valores baseados em comportamentos de honestidade e justiça.

Relacionado a isto, Salvo et al. (2005) verificaram que a falta de monitoria positiva aliada a práticas educativas negativas, como negligências, punição inconsistente, abuso físico, são preditoras de problemas de comportamento. Em contra partida o estudo constata que monitoria positiva e comportamento moral são variáveis preditoras de comportamentos pró-sociais

O artigo de Benetti et al. ressalta alguns fatores que podem estar correlacionados com os problemas de saúde mental. Assim, indicam que a existência da violência, relações familiares conflituosas e práticas de socialização negativas representam os principais elementos associados à presença de distúrbios, principalmente em relação à figura paterna estão ligados aos fatores internalizantes. Todavia, quando se trata de adolescentes com características de externalização, as dificuldades familiares foram identificadas em relação a ambos os pais, apontando uma situação de fragilidade da rede de apoio imediata ao jovem.

Neste mesmo sentido, quando olhamos para as questões apresentadas constata-se que as mesmas estão ligadas principalmente com a violência intrafamiliar e suas diversas consequências. Independentemente da constituição familiar que ocorre das mais diversas formas, como visto na fundamentação teórica a violência intrafamiliar é percebida como um fator grave para a cronificação do fenômeno na vida adulta e suas possíveis consequências. Dados estatísticos referentes à violência, divulgados pela Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância (Sipani) no ano de 2009, apontam que 12% das 55,6 milhões de crianças brasileiras menores de 14 anos são vítimas anualmente de algum tipo de violência doméstica (UNICEF, 2009). É no ambiente familiar que a criança recebe muito de seus conceitos sobre o mundo e suas relações, e a violação de tal espaço rompe com conceitos importantes – como cuidado e proteção – que deveriam estar presentes na família.

Estudos propostos por Hildebrand et al., (2015) relatam que a violência doméstica é um risco para o desenvolvimento de transtornos psicológicos. Os autores ainda pressupõem que por estarem expostos há mais tempo às situações de violência, os adolescentes têm risco aumentado de apresentarem transtornos psicológicos. Os sintomas provenientes de vivências de violência doméstica para Paiano et. al (2007) podem refletir os transtornos de conduta, de atenção, de hiperatividade e os emocionais. Sendo que o transtorno mental pode estar presente em crianças de ambos os sexos e em

diferentes faixas etárias. Para o autor, as práticas educativas inapropriadas e risco de antecedentes familiares são considerados fatores de risco para o distúrbio de conduta.

Indo ao encontro desta ideia, Assis et al. (2009), afirma que a violência que ocorre no âmbito familiar eleva até três vezes o risco de adolescentes apresentarem problemas mentais em comparação com aqueles expostos à violência urbana; isso indica a importância da relação familiar no desenvolvimento de boas condições de saúde mental para as crianças e adolescentes.

Corroborando a esta ideia, é importante relembrar que a relação com o ambiente social amplo tem implicações na forma como os pais agem com seus filhos e interfere no tipo de desenvolvimento que promove. O que vai ao encontro da teoria de Bronfenbrenner (1996) onde os sistemas – micro, meso, exo e macrossistema – se relacionam e modificam, atuando diretamente no desenvolvimento psicológico, físico, cognitivo e social.

7.2 O tipo de vinculo entre pais e filhos está associado ao desenvolvimento de comportamento antissocial?

O artigo apresentado por Wellaussen e Bandeira (2010) teve como objetivo a investigação da associação entre o Transtorno Antissocial de Personalidade (TASP) e os estilos parentais dos detentos do Presidio central de Porto Alegre (PCPA). Para tal, uma amostra de 50 prisioneiros sem condenação prévia, com idades entre 18 e 35 anos foi utilizada. Os indivíduos responderam aos instrumentos International Neuro psychiatric Interview (MINI) e Parental Bonding Instrument (PBI). Entretanto, cabe ressaltar que em relação ao PBI os apenados que não se lembravam dos genitores ou não tiveram contato com os mesmos não deveriam responder as questões sobre tal genitor.

Como resultados, com a utilização da MINI verificou que 32% dos prisioneiros preenchiam critério diagnóstico para TASP. Além disto, o estilo parental tanto materno quanto paterno, que mais esteve associado aos TASP foi o exercido com controle sem afeto, representados por 62,5%. O PBI também verificou que o estilo parental que melhor descreve a amostra foi o controle sem afeto, tendo porcentagens de 40% (pai) e 42% (mãe). Cabe ressaltar que o uso e dependência de drogas e os Transtornos de

Humor também estavam presentes nesta amostra. Além disso, nenhum dos prisioneiros relatou o pai como negligente, talvez pela ausência ou não conhecimento do mesmo.

Comportamentos antissociais possuem uma trajetória, com isso, Patterson, 1992 (apud Marinho e Caballo, 2002) relata que o desenvolvimento do comportamento antissocial pode ser vislumbrado a partir de uma sequência mais ou menos previsível de experiências: (1) as práticas educativas ineficientes dos pais são vistas como determinantes do problema de comportamento na criança; (2) na idade escolar, essa conduta comportamental infantil leva ao fracasso acadêmico (desobediência e falta de autocontrole pela criança obstruem diretamente o aprendizado) e à rejeição pelos colegas (provocada por comportamento agressivo e coercivo); (3) esses últimos levam, por sua vez, ao aumento no risco de depressão e ao envolvimento com grupos de "rejeitados".

Conte (2001) por sua vez, relata que as interações entre pais e filhos são principais fatores determinantes dos comportamentos antissociais. Os maus-tratos para com a criança, a negligência e rejeição dos pais, a disciplina rígida e inconsistente ou flácida e relaxada, altamente permissiva e inconsequente, a falta de apoio dos pais, vínculos familiares fracos, brigas entre os pais e entre pais e filhos são destacados pela autora.

No que se refere ao estilo parental de controle sem afeto (autoritário) os pais podem utilizar-se frequentemente de punições como controle comportamental, sendo então estas estratégias coercitivas. Segundo Alvarenga (2001, apud Mondin 2008) estas estratégias são punições físicas, uso de ameaças e privação de afeto ou privilégios; consequentemente a criança irá controlar seus comportamentos em função das reações punitivas dos cuidadores o que pode aumentar a punição por parte dos pais em outras situações que a criança não corresponde com o que os pais desejam.

Neste mesmo sentido, Gomide (2001) alerta esse tipo de punição pode aumentar a chance de que a criança possa desenvolver repertorio agressivo ou infrator.

> A criança agredida verbal e fisicamente recebe do ambiente (pais ou educadores) informações afetivas e cognitivas negativas com tal intensidade que passa a avaliar-se como um ser execrável e indesejável. Esta "prática educativa" permite que a criança se perceba como um ser ruim e não informa as regras de conduta que deveriam ser seguidas para evitar tal consequência. Visto que a punição é para todo ser, não existem, do ponto de vista da criança, alternativas comportamentais que sejam capazes de inibir o

> espancamento. Assim, a criança espancada pode vir a acreditar que é um ser ruim, merecedor desta ação. A partir desta auto percepção, seus comportamentos inadequados, infratores, agressivos, enfim, antissociais, podem se tornar manifestos, ou seja, ela aprende que "seres maus" apresentam comportamentos maus (GOMIDE, 2001, p.38).

Segundo Mondin (2008) crianças que não tem a oportunidade de relacionar-se de maneira positiva e confiante com suas famílias tornam-se distantes e isoladas, criando assim barreiras de socialização, deixando oportunidades de escuta e compreensão de experiências diferentes serem perdidas. Confusas em seus pensamentos, sentimentos e emoções podem se tornar alienadas, até certo ponto, da realidade. Desta forma, Gomide (2001) relata que as diversas formas utilizadas pelos pais no cuidado de seus filhos podem estar correlacionadas tanto com o desenvolvimento saudável da criança como podem estar ligadas ao desenvolvimento de comportamentos antissociais.

7.3 Família, adolescência e estilos parentais

A pesquisa relatada no artigo "Família, adolescência e estilos parentais" (RINHEL-SILVA; CONSTATINO; RONDINI, 2012) teve por objetivo identificar os estilos parentais característicos de famílias provenientes de contextos de alta vulnerabilidade social. A amostra foi composta por 62 adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos, e suas respectivas famílias na cidade de Assis - SP. Os adolescentes pertenciam a diversos tipos de arranjos familiares e estavam inseridos em um contexto de vulnerabilidade. Para a coleta de dados, utilizaram-se uma escala de exigência e responsividade, aplicada de forma coletiva com os adolescentes, além da análise de documentos constantes nos prontuários das famílias. Cabe ressaltar que as escalas eram respondidas de acordo com a figura de referencia do adolescente.

Os resultados principais indicaram que as famílias eram geralmente numerosas, com estruturas diversas, e que os adolescentes percebiam seus pais como autoritativos mais do que como negligentes. Entretanto, cabe ressaltar que a diferença dos resultados é mínima, onde 43,2% reconhecem os pais como autoritativos e 40,9% como negligentes. Além disso, os autores evidenciam que houveram divergências dos estilos parentais quando se considera ambos os sexos. Os pais apareceram mais como exigentes em relação aos meninos e menos em relação as meninas, sendo dados

diferentes de outras literaturas. Meninas caracterizaram mais os pais como negligentes em contra partida, meninos indicaram os pais como autoritativos.

A pesquisa indica que essas diferenças podem estar relacionadas com as diferentes formações familiares, tendo em vista que alguns desses adolescentes são provenientes de família monoparentais, na qual a ausência de um dos genitores pode estar afetando a relação familiar.

Sendo família um conceito amplo ressalta-se que as relações vivenciadas dentro desta também são amplas e únicas com cada componente. A relação que se estabelece entre pais e filhos forma uma teia de relações complexas e dinâmicas, que envolvem uma mútua influência intergeracional, em que a criança enquanto agente ativo também desempenha um papel no espaço familiar, ocorrendo um ciclo complexo de reciprocidades (RELVAS E ALARCÃO, 2002). Neste sentido, assim como os filhos se relacionam com os pais de maneiras distintas os pais também se relacionam e tem posicionamentos diferentes com seus filhos.

O estudo de Nascimento e Trindade (2010) traz evidencias de que pais consideram que educar meninos é diferente de educar meninas. Ademais, os pais relataram que são formas de lidar e preocupações diferentes, o que vai ao encontro do artigo em discussão, onde filhos percebem seus pais de formas diferentes. Somado as possíveis praticas parentais distintas em direcionamento dos filhos, Gomide (2006) indicou que as mães monitoravam e apresentavam mais comportamento moral com as adolescentes do que com os rapazes, e utilizam mais abuso físico e disciplina relaxada com os filhos do que com as filhas.

Todavia, Weber et al.(2004) realizaram um estudo para observar a frequência dos estilos parentais e sua relação com o gênero. Os resultados demonstraram que tanto as mães quanto os pais são um pouco mais exigentes com as filhas do que com os filhos; embora não se tenha encontrado diferenças significativas quanto à responsividade entre meninos e meninas, ou seja, aos cuidados parentais a eles dispensados. Essas diferenças podem se dar a partir da amostra escolhida ou do instrumento de estilo parental utilizando para a análise.

Independentemente de como é a formação familiar, a maneira que os pais exercem os estilos parentais vão influenciar na forma das relações e de como seus filhos

percebem os genitores. Assim sendo, como destacado pelo estudo o estilo autoritativo percebido pela maioria dos adolescentes é o que possui mais chances de relações estáveis e saudáveis.

Os pais autoritativos tendem a fomentar limites e normas de comportamento de uma forma racional e orientada, exercendo um controlo firme, mas consistente, direcionados para padrões de funcionamento familiar saudável e equilibrados. Para, além disso, privilegiam a autonomia dos filhos, associada a um nível de maturidade e responsabilidade, estabelecendo limites dentro dos quais os mesmos podem gerir o seu espaço e ações (BAUMRIND, 1966).

Pesquisas destacam a influência positiva do estilo autoritativo no desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes, na medida em que se encontra associado a melhores níveis de competência e responsabilidade social, assertividade, capacidade de adaptação, autoestima, e níveis mais baixos de ansiedade, depressão e problemas em termos de comportamento (Baumrind, 1966 e 1967; DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2009).

Em contra partida, pais com o estilo negligente tem dificuldades em se envolver na tarefa da educação dos filhos, não sendo afetivos nem exigentes, preocupando-se consigo mesmo. (Mondin, 2008). Assim como os demais estilos, o negligente também acarreta consequências, sendo assim, Weber et al. (2005) afirmam:

> Consequências para os filhos: são as que apresentam pior performance em todos as áreas; podem ter um desenvolvimento atrasado, problemas afetivos e comportamentais; este estilo parental correlaciona-se com uso de drogas e álcool, com doenças sexualmente transmissíveis, com início precoce da vida sexual, baixa autoestima e auto eficácia, com probabilidade maior de depressão, estresse, estilo explicativo pessimista, baixo desempenho acadêmico e baixas habilidades sociais e futuro comportamento antissociais (WEBER ET AL, 2005, p.2).

Neste sentido, enquanto o afeto e a compreensão associados a um controle firme proporcionam um equilíbrio familiar, a utilização de práticas punitivas como modelo disciplinar reafirma o poder dos pais sobre os filhos, favorecendo o seu desequilíbrio (CECCONELLO, ANTONI e KOLLER, 2003). Mesmo com a diferença dos estilos reconhecidos neste estudo a analise foi importante para a compreensão de que famílias eram essas e como elas poderiam ser auxiliadas, ademais, é notório que há

uma percepção diferente entre pais e filhos sobre seus estilos e isso se dá muito pela relação construída individualmente.

7.4 Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos parentais

A tese de mestrado de Isadora Klamt Conceição (2014) traz como o objetivo de seu estudo a verificação da transmissão intergeracional do abuso sexual infantil. Desta forma, a pesquisa baseou-se em dois estudos, um teórico e outro empírico. O estudo teórico realiza uma revisão sistemática sobre a prevalência da transmissão intergeracional do abuso sexual. Foram encontrados dados sobre o aumento da transmissão intergeracional em diferentes gerações de familiares. A média da prevalência da transmissão intergeracional do abuso sexual nas gerações foi de: 42,47% na geração das avós (G1); 41,28% na geração das mães (G2) e 51.0% na geração das crianças.

Por sua vez, o estudo empírico examinou a relação entre o tipo de apego e estilo parental e a sua relação com a transmissão intergeracional do abuso sexual infantil. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa com delineamento transversal com três diferentes grupos de meninas e suas mães: meninas que sofreram abuso sexual; meninas que sofreram maus tratos e meninas que estão passando por sintomas clínicos.

Quanto aos resultados, estes não confirmaram a transmissão intergeracional dos tipos de apego, nem do estilo parental entre as diferentes gerações. Do mesmo modo, diferente do esperado, as meninas abusadas não reportaram apego inseguro ou estilo parental deficitário. No entanto, duas associações foram encontradas como concordantes com o modelo da transmissão intergeracional do abuso sexual infantil: o tipo de apego materno (filhas cujas mães reportaram um apego inseguro com suas próprias mães tem 1,18% mais chance de serem vítimas de abuso sexual) e o fato dos pais serem separados.

Desta forma, é importante destacar que comportamentos são apreendidos. Assim sendo, quando se trata de estilos parentais há também um motivo para estar repetição. para Weber et al. (2006), “uma das explicações relevantes sobre estilos e práticas parentais é a de que as pessoas tendem a repetir, ao serem pais, os modelos aprendidos em sua própria família”(p.408). O que pode ser explicado pelo conceito de intergeracionalidade; que por sua vez se refere à passagem de uma geração para outra

em função da permanência de processos ocorridos no cotidiano das gerações (FALCKE e WAGNER, 2005)

Estudos de Weber et al. (2006) com 21 mulheres, de sete famílias distintas constatou que 91,7% dos casos ocorreu a transmissão intergeracional . Indo ao encontro desta ideia, segundo Jesus (2006) pesquisas mostraram que de oito crianças abusadas, uma repetirá este padrão de comportamento. A literatura também sugere que a ruptura no modelo interno de apego pode ter importante associação com a transmissão intergeracional do abuso sexual (KIM et al., 2007 ; LEIFER et al., 2004).

Bowlby (1990) propôs que pessoas introjetam experiências vividas com seus significantes como forma de modelo de relacionamento, uma vez estes modelos sendo formados são difíceis de serem modificados. Na infância, o apego está correlacionado ao atendimento de necessidades básicas, além da busca pela ligação com outros seres semelhantes. Quando adultos esses indivíduos provavelmente escolhem parceiros que validam suas estratégias internas e, quando estas pessoas se tornam pais, geralmente estabelecem com seus filhos um padrão de relacionamento similar.

Uma vez estabelecida esta dinâmica de relacionamento, estes padrões tornam-se (mais uma vez) resistentes a mudanças. Há diversas formas de estabelecimento do apego, podendo ser: seguro, inseguro, evitativo ambivalente ou desorganizado. (AINSWORTH, BLEHAR, WATERS e WALL ,1978 ; MAIN e SOLOMON, 1986)

Especificamente ao se tratar do apego inseguro, Bowlby (2002), afirma que este tipo de apego é caracterizado pela insegurança e pouca valorização. Desta forma, em função de interações aversivas, a criança pode desenvolver expectativas negativas, especialmente em torno da disponibilidade dos outros em momentos de necessidade e estresse, o que propicia, posteriormente, insensibilidade, como é o caso do apego evitativo, ou até mesmo insegurança, inadequação e sentimento de vulnerabilidade diante dos outros e do mundo, como ocorre no apego ambivalente.

Cabe ressaltar que a transmissão intergeracional não é o único fator nestas relações, a violência sexual é um marcador de alta proporção e muito suscetível a repetição. Habigzang e Koller (2011) afirmam que em relação a etiologia do abuso sexual, não há causas específicas desencadeantes do abuso sexual, no entanto, verifica-se a existência de fatores de risco que aumentam a possibilidade de ocorrência.

Destacam-se como fatores de risco a história de abuso na família, falta de comunicação na família, isolamentos do grupo familiar, presença de álcool, abusam de substâncias (KOLLER e DE ANTONI, 2004).

7.5 Um estudo de caso com o programa ACT para educar crianças em ambientes seguros

Através de um estudo de caso realizado com uma mãe e seu filho, o artigo "Um estudo de caso com o programa ACT para educar crianças em ambientes seguros" (SILVA, 2016) buscou-se avaliar as características comportamentais da amostra. Assim sendo, foram utilizados como instrumentos o Inventário de Estilos Parentais (IEP) e os instrumentos ASEBA (CBCL, ASR e ABCL) antes e após a intervenção e no follow-up, além do Questionário de Avaliação do Programa ACT. Além da amostra, houve a participação do marido que respondeu os instrumentos CBCL e o ABCL em todas as fases da pesquisa; entretanto, no decorrer da pesquisa houve a separação do casal o que dificultou a interpretação de alguns dados.

Como resultados, houve a constatação de mudança no estilo parental da mãe, sendo classificada antes do programa como "regular acima da média" e após a intervenção como "ótimo".

Assim como foi apresentado e discutido por outras vezes, a violência é um fenômeno perpetuador, que está presente no cotidiano de todos podendo ser vivenciado de inúmeras formas. Desta forma, programas de intervenção são de extrema importância para que este ciclo possa ser modificado. Nesse sentido, programas de intervenção que tenham por objetivo prevenir comportamentos violentos, rompendo o acúmulo potencial de eventos ou fatores de risco que levem a sua concretização na vida das crianças, são de extrema importância (GUTTMAN e MOWDER, 2005, apud SILVA, 2014).

O ACT foi desenvolvido o objetivo de disseminar as descobertas advindas de pesquisas científicas em Psicologia sobre desenvolvimento infantil, impacto da mídia em crianças, violência contra a criança e prevenção da violência e assim preencher uma lacuna marcada pela escassez de programas de prevenção da violência infantil precoce (SILVA e RANDALL, 2005 apud PONTES, 2015).

Segundo Bolsoni-Silva (2015) no Brasil, são poucos os estudos que avaliaram, recentemente, a efetividade de intervenções com pais e/ou mães para prevenir ou remediar problemas de comportamento infantis. Além disso, muitos destes programas de intervenção, assim como do artigo em discussão, encontram dificuldades em dar prosseguimento aos protocolos. Grande parte dessa dificuldade se dá pela adesão dos cuidadores em participar dos programas.

O primeiro estudo piloto realizado no Brasil por Pontes (2015) indica algumas melhorias a serem repensadas para a utilização do programa: utilização de amostras maiores, preenchimentos dos instrumentos de forma homogênea com os grupos participantes, utilização de gravadores para que nenhum dado das sessões seja perdido. Sugere-se que instrumentos adicionais sejam utilizados, tendo em vista que os do ACT são de cunho qualitativo. Além disso, aponta-se que os números das sessões devem ser repensados, podendo se estender para que a elaboração das situações possa ocorrer de melhor forma.

O mesmo estudo salienta alguns fatores que auxiliem na possível adesão do programa como fornecimento de brindes e lanches, o tempo dedicado ao recrutamento dos grupos. No exterior, o ACT remunera a participação dos seus grupos, entretanto, no Brasil isso é vetado pelo comitê de ética em pesquisas com humanos. Entre possíveis melhorias que o programa pode alcançar, estudos evidenciam sua eficácia quanto a melhoria no estilo parental, ao aumento significativo de habilidades de resolução de problema autorrelatadas (PONTES, 2015) e (SILVA, 2014).

8. CONCLUSÃO

Este estudo analisou as contribuições de pesquisas acerca da relação dos estilos parentais de famílias abusivas e violência intrafamiliar. Buscou-se discutir e compreender os diferentes fatores que permeiam essa relação através das analises dos artigos selecionados. A Revisão Integrativa da Literatura permitiu a reunião da produção científica sobre o tema, agregando estudos com metodologias diversificadas de forma organizada, viabilizando uma compreensão mais completa do conhecimento produzido sobre o tema nos últimos dez anos.

Dessa forma, a presente pesquisa contribui com achados para uma temática que necessita de maiores investigações e se encontra em defasagem, especialmente no campo nacional. Nota-se que poucos são os estudos e mesmo que estes estejam relacionados ao mesmo tema possuem vertentes diferentes, há dificuldades com amostras relevantes e com os instrumentos utilizados. Houve também dificuldade com a literatura de base, tendo em vista que a mesma além de ser em outra língua é demasiadamente antiga, sendo pouco atualizado, o que dificulta a sua utilização diferentes populações (sejam elas regionais ou nacionais).

Não foi possível a ordenação de categorias, tendo em vista que os achados científicos divergiam em seus instrumentos e formas de analise. Entretanto, ficou evidente que os estilos e praticas parentais possuem intergeracionalidade e quando este fator é relacionado a violência as consequências podem ser mais intensas. O que geram novos ciclos de violência em futuras famílias.

Com a análise, foi possível concluir que existe a necessidade de pesquisas ou de relatos de intervenções focadas na prevenção e uso de fatores de proteção em casos de violência praticada contra crianças e adolescentes. No mesmo sentido, há escassez em estudos sobre a eficácia dos programas de intervenção sobre praticas parentais saudáveis.

Ademais, nota-se que as famílias não possuem informações suficientes sobre o que é e quais são as consequências de estilos e praticas parentais disfuncionais. Do

mesmo modo, também aponta-se a necessidade de que intervenções preventivas primárias e secundárias sejam realizadas para elucidação dos estilos e praticas parentais.

Estudos sobre família e suas relações enriquecem o campo de pesquisa da nossa própria sociedade, tendo em vista que a família é o sistema nuclear dos demais sistemas, assim, o que provem da família culmina na sociedade, sendo esta uma relação reciproca. Ao se tratar de estilos parentais percebe-se que há necessidade de novos estudos com diferentes formações familiares, tendo em vista que o País em questão possui múltiplas formas familiares.

Cabe salientar as limitações relacionadas ao presente estudo. Em primeiro lugar, sobre a seleção das três bases de dados, apesar de considerar a amplitude de cada base de dados, pode ser que existam outras que contemplem melhor a literatura científica dentro da temática analisada. Além disso, é possivel que a busca somente em lingua portuguesa tenha limitado os resultados. Uma segunda limitação diz respeito à sensibilidade do método de busca. É possível que alguns autores tenham se utilizado de outras expressões ou palavras, o que poderia afetar a busca do referêncial teórico. A última limitação que merece destaque, se refere as diferenças metodológicas das pesquisas encontradas que dificultou a comparação e análise dos estudos.

Por fim, acredito que os resultados desse trabalho, podem constituir um caminho produtivo para intervenções nessa área, bem como, para pesquisas sobre estilos parentais e suas relações com a família, constituindo um ponto de partida para novas investigações, e construção de políticas que favoreçam a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão da família entre os adolescentes como sofreram violência doméstica. **Estudos de Psicologia** [online] 2000. Disponível em: <http://xn--www-xda.redalyc.org/articulo.oa? id = 26150204>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. Estud.** Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, dezembro, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722002000200002&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em 10 de nov. 2017.

ARENDT, H. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Relume Damara. (1994).

ASSIS, S. G. D.; et al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência & Saúde Coletiva,** 14(2), 349-361. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200002 >. Acesso em: 10 nov. 2017.

BARIANI, I. C. D.; et al. Orientações para busca bibliográfica. On-line. **Psicol.Esc.Educ.** (Impr.), Campinas, v.11, n.2, p. 427-429, dez. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000200022>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BARROS A. S.; FREITAS, M. F. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias,** 19(2), (102-114). dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf>. Acesso em: 12 de nov. de 2017.

BARROS, A. FREITAS,M. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. **Pensando Famílias**, 19(2), (102-114), dez. 2015

BAUMRIND, D. Effect sof authoritative parental control on child behavior. **Child Development**, 37, 887-907.1966.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Intervenção em grupo para pais: descrição de procedimento. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 217-235, dez. 2007 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2007000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BOWLBY, J. **Apego e perda**: apego, a natureza do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Apego**. São Paulo. 1990

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13/07/1990**. Disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf >. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Ministério da Criança e adolescente. **O combate à violência contra crianças e adolescentes no Brasil de hoje**, 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Violência contra a criança e o adolescente**: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília, 1993. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0220violencia.pdf >. Acesso em: 18 nov. 2017.

BENETTI, Silvia Pereira da Cruz et al . Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos e violência. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 15, n. 3, p. 321-332, Dec. 2010.

BRAUM, Suzana. **A violência sexual infantil na família:** do silêncio a revelação do segredo. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, Cláudia Maciel. **Violência Infanto-Juvenil, uma triste herança.** In.: **A violência na sociedade contemporânea:** Maria da Graça Blaya Almeida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2017.

CECCONELLO, A. M.; ANTONI, C. e KOLLER, S. H.. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, 8: 45-54. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722003000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 10 nov. 2017.

CLAUDIO Simon; BARDAGIR, Marúcia Patta. Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: uma influência dos estilos parentais. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 11, n. 1, p. 65-73, junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712006000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 dez. 2017.

CONCEIÇÃO, Isadora. Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos parentais. 2014. 26f. **Dissertação** (mestrado em psicologia). PUC – RS. Porto Alegre, 2014. Disponível em: < http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/868 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

CONTE , F. C. S. Promovendo a relação entre pais e filhos. In.: **Sobre comportamento e cognição**: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental (pp. 161-168) M. Delitti (Org.).. Santo André: Esetec. 2001. Disponível em: < http://abpmc.org.br/arquivos/publicacoes/14012300850591ae815c.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2017.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, 11**(Sup): p.1163-1178. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 nov. 2017.

DARLING, N.; STREINBERG, L. Parentingstyle as a context: na integrative model. **Psychological Bullet**113, 487-496. 1993.

DAY, V. P.; et. al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**,(sup) 25, 1, p.9-21.2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

DE ANTONI, Clarissa; et al. Abuso sexual extra familiar: percepções das mães de vítimas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 97-106, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000100010&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Adolescência e fatores de risco: a importância das habilidades sociais educativas. In V. G. Haase, F. O. Ferreira, & F. J. Penna. (Orgs.), **Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e adolescência** (pp. 503-522). Belo Horizonte: Coopmed. 2009.

DELANEZ G.O. A violência intrafamiliar e as suas consequências no desenvolvimento da criança. 2012- 2012 .29f. **Trabalho de conclusão de curso**, Faculdade de Direito da Pontifícia - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: < http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_1/geovana_delanez.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias.** 4 ed. rev., atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

EGRY, E; APOSTÓLICO, M.; MORAIS, T. Enfrentamento da violência infantil numa perspectiva de rede: o entendimento dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Investigação Qualitativa em Saúde.** V 2. 2016. Disponível em: < https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/904 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In A. Wagner (Ed.), **Como se perpetua a família** (pp. 25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS. (2005).

FILHO, et al. Violência infanto juvenil e seus aspectos éticos: novos desafios na contemporaneidade**.** São Camilo: **Revista RIOETHIKOS,** p. 256-264.2009.

GOMIDE, P. I. C. Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento antissocial. In M. L. Marinho; V. E. Caballo (Org.). **Psicologia clínica e da saúde**. (pp. 33-39). Londrina: UEL; Granada: Apicsa. (2001).

_____. Inventário de Estilos Parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis: Editora Vozes. 2006

HABIGZANG, Luísa Fernanda.; KOLLER, Silvia Helena. Terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes**: ciência e arte. Circe Salcides Pertensen [et al.]. p. 299-310. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HABIGZANG, L. F. e CAMINHA, R. M. (2004) **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: conceituação e intervenção clínica. São Paulo: casa do psicólogo.

HILDEBRAND, N. A. et al. Violência Doméstica e Risco para Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescentes. **Psicologia Reflexão e Crítica,** 28(2), 213-221, 8(10): 2995-3006, 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, volume 31. 2010.

IPEA. **Nota técnica**. Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21848&catid=8&Itemid=6>. Acesso em: 10 de nov. 2017.

JESUS, N. A. O círculo vicioso da violência sexual: do ofendido ao ofensor. **Psicologia Ciência e Profissão**, 26 (4), 672-683. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932006000400013&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 28 nov. 2017.

KIM, K.; et al. Psychosocial characteristics of nonoffending mothers of sexually abused girls: findings from a prospective, multigenerational study. **Child Maltreat**, 12(4), p.338-351. 2007.

KOLLER, Silvia Helena; DE ANTONI, Clarissa. **"Violência intrafamiliar: uma visão ecológica"**. Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil : 293-310.2004.

LAING , R. D. **A política da família.** 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes.

LEIFER, M, et.al. A three-generational study of transmission of risk for sexual abuse. J Clin Child Adolesc Psychol, 33(4), p.662-672. 2004.

LOPES MVG, Tavares PA. **Maus- tratos: 57 observações em enfermaria**. PediatrMod.; 36 (10): 684-8, 2000. Disponível em: < http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?id_materia=96&fase=imprime >. Acesso em: 28 nov. 2017.

MACCCOBY, E. & Martin, J. Socialization in the contextoofthefamily: parent-childinteraction. In.: **Socialization, personality, and social development.** 4. Ed. p. 1-101.New York.Wiley.

MAGALHÃES Carvalho; et.al. Violência contra criança e adolescente: reflexão sobre politicas publica. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste** [online] 2008. . Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id = 324027962018>. Acesso em: 11 de nov. 2017.

MARINHO, M. L.; CABALLO, Vicente. Comportamento antissocial infantil e seu impacto para competência social. **Psicologia, saúde e doenças**. 3 (2), 141-147, 2002.

Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862002000200003 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

MARMO, D. B.; DAVOLI, A.; OGIDO, R. Violência doméstica contra a criança (Parte I) Pediatria. Seabra A. **Abuso sexual na infância. Arq. Bras Pediatra** ; v.4(3).p. 372-82. 1997. Disponível em: < http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?id_materia=96&fase=imprime >. Acesso em: 28 nov. 2017.

MENDES, K.; SILVEIRA, R. ; GALVAO, C.;. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-764, dezembro. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2017.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. [online].** vol.1, n.2, pp. 91-102. 2001. ISSN 1519-3829. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292001000200002&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 28 nov. 2017.

MINAYO, Cecília - O que você ainda não sabe sobre violência contra a criança. **Crescer em Família** - Ed. Globo, Ano I n.º 4, P.78 a 80, 1994.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicol. Argum**.., 26(54), 233-244 jul./set,2008. Disponível em: < http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=2498&dd99=view&dd98=pb >. Acesso em: 28 nov. 2017.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública**. O social em questão** - Ano XV - nº 28 – 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

NASCIMENTO, Célia Regina Rangel; TRINDADE, Zeidi Araújo. Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 62, n. 2, p. 187-200, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2018.

NUNES, Antônio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino**.** Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro**, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar.2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300871&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 de nov. de 2017.

PAIANO, M., et.al. Distúrbios de conduta em crianças do ensino fundamental e sua relação com a estrutura familiar. **Revista Brasileira de Crescimento** e 16 Desenvolvimentos Humano. Vol. 17, nº 02. São Paulo, ago, 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000200013 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

PASIAN, Mara Silvia et al. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus- tratos. **Pensando familias.,** Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-70, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005&lng=pt&nrm=iso>Acesso em 01 maio 2017.

PAIVA, Fernando Santana de; RONZANI, Telmo Mota. Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 14, n. 1, p. 177-183, março. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722009000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2017.

PATTERSON , G.R.; Reid, J.B.; Dishion, T.J. **Antisocial boys**. Eugene, OR: Castalia. 1992.

PIRES, Ana; MIYAZAKI, Maria. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Arquivos de Ciências da Saúde**. p.42-49, 2005. Disponível em: < http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/Vol-12-1/08%20-%20id%20102.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2017.

PONTES, L. B. Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros: revisão sistemática da literatura. São Carlos – SP. 78f. Maio- 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200019 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

RATES, Susana Maria Moreira. **Violência infantil no Brasil**: uma análise das notificações compulsórias, 2011. Belo Horizonte, 2014.

RELVAS, A. P.; ALARCÃO, M. **Novas formas de família**. Coimbra: Quarteto, 2002.

RINHEL-SILVA, Claudia Maria; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte; RONDINI, Carina Alexandra. Família,adolescência e estilos parentais. **Estud. psicol. (Campinas)** , Campinas, v. 29, n. 2, p. 221-230, junho de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000200008&lng=en&nrm=iso>.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos Tempos, 1997.

SALVO C, Silvares EFM, Toni PM. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia**. 22 (2):187-195, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2005000200008&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 28 nov. 2017.

SILVA, J. A. O Programa ACT para educar crianças em ambientes seguros: da elaboração à avaliação. São Carlos – SP. 129f. out. 2014. Disponível em: < https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8269/DissJAS.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 28 nov. 2017.

SOUZA, A. B. L. S.; BELEZA, M. C. M.; ANDRADE, R. F. C**.** Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça

do Amazonas**. Revista eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Macapá, 5, pp. 105-119. 2012. Disponível em: < https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/577>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SOUZA, Sonia M. Gomes e RIZZINI, Irene.**Desenhos de famílias**. Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cânone, 2001.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. Relatório "A Familiar Face: Violence in thelivesofchildrenand adolescentes" (**Um Rosto Familiar**: A violência na vida de crianças e adolescentes.) Relatório anual, 2017. Brasília,2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/media_37371.html>. Acesso em 10 nov. 2017.

_____. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Relatório"Ocultos à Plena Luz**.". Relatório anual, 2014. Brasília (DF); 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/media_27872.htm>. Acesso em: 10 nov. de 2017.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIODRES Inoue, S. R.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola**. Estudos de Psicologia (Campinas),** v. 25(1), p. 1-21. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 nov. 2017.

WEBER, L.; et al. Estilos parentais e praticas parentais e determinantes para o desenvolvimento e socialização de crianças e adolescentes. Curitiba, 9f, junho,2005 **Relatório de pesquisa.** Disponível em: <https://updoc.site/download/estilos-e-praticas-parentais-e-determinantes-para-o_pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____.Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 17(3): 323-31. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v17n3/a05v17n3.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____.Continuidade dos estilos parentais através das gerações - transmissão intergeracional dos estilos parentais. **Paidéia,** Curitiba, v.16 (35), p. 407-414. 2006. Disponível em: <http://lidiaweber.com.br/Artigos/2006/2006Continuidadedosestilosparentaisatravesdas geracoes.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2017.

WELLAUSEN, R., BANDEIRA, D. O Tipo de Vínculo entre Pais e Filhos está Associado ao Desenvolvimento de Comportamento Antissocial?. Revista Interamericana de Psicologia , 44 (3) 2010.